

Projeto do governo agita Senado

Ed Ferreira/AE—12/6/95

Líder pede urgência para proposta que prevê liberação de empréstimo sem ter de pedir aval

ROSA COSTA

BRASÍLIA — O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), entra amanhã com requerimento de urgência para apressar a votação do projeto de resolução que libera de aprovação legislativa todos os empréstimos concedidos a Estados e ao Distrito Federal, pelo Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, até 31 de dezembro do ano que vem. Se o projeto for aprovado, os Estados vão negociar suas dívidas diretamente com o governo por um ano, sem precisar do aval do Senado.

Álvares disse que existem resistências à proposta, mas espera que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, consiga convencer os senadores de que a iniciativa é boa. "Se o secretário for convincente nas suas explicações, creio que não será difícil aprová-la." Na segunda-feira, Parente entregou o projeto ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), já redigido na forma final para ser promulgado. Para ser votado, porém, é preciso que um senador assuma a autoria.

O artigo 52, inciso VII, da Constituição, diz que cabe privativamente ao Senado dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal. O regimento interno do Senado fixa regras adicionais para a autorização do endividamento dos Estados.

Rapidez — O projeto autoriza o governo a conceder empréstimos do programa sem ter de negociar cada um com o Senado. Libera, ainda, as operações do limite de endividamento, fixado em 11% da receita do Estado por resolução do Senado. A autorização abrange as dívidas de liquidação ou privatização de bancos estaduais. O objetivo é permitir que Executivo e Estados negociem diretamente, para que as operações se concluam rapidamente.

Parente vai conversar na quarta-feira com os senadores da comissão que analisa o endividamento dos Estados. Ele antecipou que a mudança no processo de autorização é fundamental para a renegociação da dívida de pelo menos 15 Estados. "O governo acredita que a proposta facilita o exame dessas dificuldades financeiras", contou Álvares. Ele espera que o projeto seja votado em plenário na quinta-feira. Por se tratar de competência do Senado, não precisará ser examinado pela Câmara.



Álvares: "O governo acredita que a proposta facilitará o exame dessas dificuldades financeiras"

José Paulo Lacerda/AE—19/10/95



Parente: mudança é fundamental para 15 Estados

Edivaldo Ferreira/AE—19/12/95



O relator Bezerra: contra a idéia, em princípio

PRAZO PARA
NEGOCIAÇÃO
DIRETA VALERIA
POR UM ANO

O relator da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), disse que, em princípio, não concorda com a mudança, mas quer ouvir Parente antes de adotar uma posição definitiva. Para Osmar Dias (sem

partido-PR), o Senado tem de reagir à proposta que acaba com uma de suas competências constitucionais.

Dias criticou o uso de um projeto de resolução para vetar uma disposição constitucional. "O Senado não vai aceitar." Ele reconheceu que a Casa não tem sido "muito eficiente" na avaliação de questões sobre Estados e municípios, mas acredita que não deve chegar "a um ponto extremo" agora que começou a investigar a emissão de títulos públicos.